

## Falta de informação atrasa troca

Governo tem dificuldade em identificar onde estão os funcionários terceirizados, o que pode inviabilizar a substituição por concursados. Nos últimos dois anos, número de contratados cresceu 28%

**Luciano Pires**

O governo repassará ao Tribunal de Contas da União (TCU) nos próximos meses um amplo e detalhado cronograma de substituição de terceirizados por servidores concursados. Quantas trocas serão feitas e em que áreas e prazos ocorrerão dependem de um raio-X iniciado pelo Executivo e por técnicos do tribunal no mês passado. Com os resultados em mãos, será anunciado um calendário de concursos.

O TCU fará o acompanhamento de todo o processo e espera pela autorização de novas seleções o quanto antes. Adylson Motta, presidente do tribunal, diz que encontrou no governo boa vontade em resolver o problema e que não se trata de uma “caça aos terceirizados”, apenas um ajustamento à legislação. Há cerca de dez dias, Motta reuniu-se com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, para acertar os detalhes para a substituição de trabalhadores lotados em vários órgãos públicos. “Se o TCU exigir o cumprimento da lei, de um dia para o outro, vai estabelecer um caos no país. Estamos procurando uma forma racional de fazer essa troca”, explica.

Para o presidente do TCU, nunca houve uma tentativa de se profissionalizar a burocracia no Brasil, exceto em algumas áreas de excelências - as chamadas carreiras típicas de Estado. Durante muitos anos, avalia o ministro, a relação entre servidor e governo desgastou-se. “Sempre se fez política em cima do empreguismo.

No passado, o empresariado creditava todos os males do Brasil aos funcionários públicos, daí o preconceito por parte do setor privado em relação ao servidor, que sempre existiu e sempre existirá. Eles querem invadir a área pública”, diz Adylson Motta.

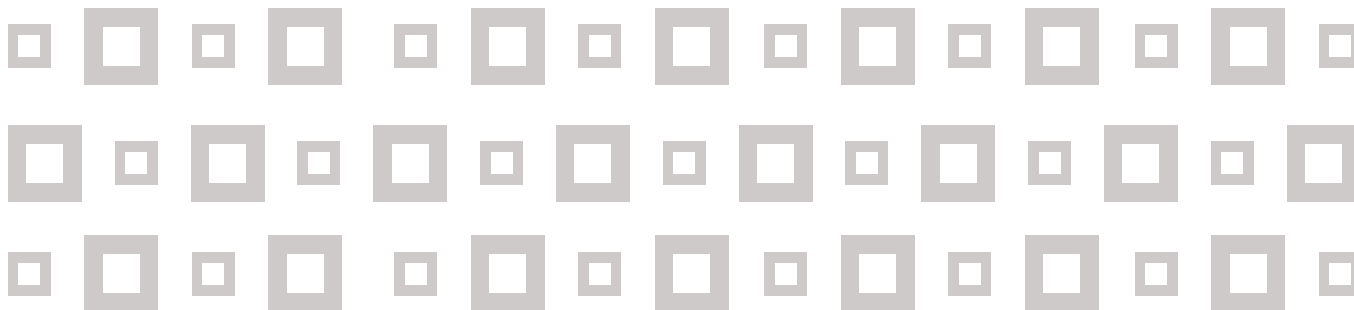
A falta de informações é um obstáculo para os técnicos do TCU. Existem poucos dados e os que estão disponíveis carecem de atualização. Identificar onde estão e de que tamanho são os problemas é uma tarefa que demandará cerca de um mês de trabalho. “A falta de informação é algo muito complicado de administrar, mas estou confiante em uma solução”, acrescenta o presidente do TCU.

### EXCESSOS

De acordo com o Tribunal, entre 2003 e 2004, a terceirização no setor público aumentou em 28%. Em resposta a esse crescimento, o governo iniciou um processo de contratação de mais servidores por meio de concursos. Somente nos dois últimos anos, de acordo com o Ministério do Planejamento, 15,3 mil pessoas ingressaram via exames públicos para ocupar cargos antes exercidos por contratados. O Executivo tem adotado uma série de soluções para regularizar seu quadro de funcionários. Os problemas mais graves estão nas universidades federais, hospitais universitários, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e

dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). No Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), médicos peritos terceirizados estão sendo substituídos gradativamente por pessoas que se submeteram a concursos. O Ministério Público do Trabalho (MPT) deverá participar das negociações com o governo e o Tribunal de Contas. Os procuradores do MPT têm conseguido firmar acordos com órgãos públicos que mantêm em seus quadros trabalhadores não-concursados em áreas estratégicas e em excesso. Na Caixa Econômica Federal, num exemplo bem-sucedido entre os acordos já firmados entre empresas oficiais e o MPT, parte dos 25 mil funcionários terceirizados será substituída por servidores. A operação de troca é gradual e deverá ser concluída somente em 2007.

(Correio Braziliense - DF - 3/7)



## TCU suspende licitação de rodovias federais

O Tribunal de Contas da União (TCU) suspendeu ontem o processo de licitação de oito trechos de rodovias federais, que o governo pretendia entregar para exploração pelo setor privado em outubro. Entre elas, estão o trecho da Fernão Dias entre São Paulo e Belo Horizonte e da Régis Bittencourt entre São Paulo e Curitiba, além de vários trechos da BR-101. O Ministério dos Transportes aguardava apenas que o TCU aprovasse o modelo de licitação para lançar o edital.

Mas o tribunal quer mais explicações do ministério e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) sobre os valores estimados para o pedágio que será cobrado nesses trechos. Segundo nota publicada, as análises preliminares do estudo de viabilidade feitas pelo TCU revelam indícios de falhas e irregularidades que acrescem diretamente os valores a serem estabelecidos como teto para os pedágios.

Em decisão unânime, o tribunal determinou medida preventiva para suspender o prosseguimento da licitação. Os oito trechos totalizam cerca de 3 mil quilômetros de rodovias. O Ministério dos Transportes informou que a decisão não compromete o programa de concessões e que considera natural o tribunal precisar de mais tempo para analisar o processo, pelo fato de o modelo proposto para a licitação ser bastante detalhado e ter impacto na vida da população. O prazo inicial do TCU era de 45 dias e vencia sexta-feira. O ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, orientou sua equipe a somente lançar os editais quando não restar nenhuma dúvida do TCU e se comprometeu a fazer todos os ajustes necessários.

(Correio Braziliense - DF - 14/7)